

SENTIDO, LÍNGUA E ENSINO

Manuel Moreira da Silva

Abertura

Em seu quinto número, a Revista *Ideação* mostra mais uma vez o seu caráter revolucionário. Fruto e expressão de condições adversas, mas também de contínuas realizações e aprimoramentos, podemos dizer que hoje a mesma não constitui somente “um momento de recuperação do ânimo dos docentes que trabalham no Curso de Letras em Foz do Iguaçu”. Desde essa caracterização emblemática de uma entre suas múltiplas tarefas, assim registrada pelo editorialista de seu primeiro número, outros momentos se fizeram presentes. Destes, talvez o mais importante seja o passo dado na direção de uma revista voltada para o cerne de suas próprias questões, sobretudo aquelas que permeiam sua constituição interdisciplinar e sua atuação transdisciplinar.

Nascida logo após a implantação da licenciatura Português-Espanhol, sob a denominação “Revista do Departamento de Estudos Ibero-Americanos”, um ano depois torna-se “Revista do Curso de Letras Português-Espanhol”. Denominação que, em seus números 3 e 4, “coabita” com a de “Revista do Centro de Educação e Letras”, a qual, em sendo fixada a partir deste número 5, além de retomar a perspectiva interdisciplinar do primeiro número, torna-se mais aberta a outras possíveis mudanças que não tardam por esperar: A razão é que, por ser universidade nova, a Unioeste tem hoje que se organizar com uma estrutura dinâmica que possibilite não só a implantação de novos cursos, mas também a capacidade destes poderem a ela se adequar. O que, evidentemente, fez com que o prematuro DEIA cedesse lugar ao atual CEL e este, dentro de algum tempo, ceda por sua vez lugar a um Centro mais abrangente, de acordo com o cursos que aqui poderão ser futuramente implantados. Por isso, tomando como norte

a Weltanschauung presente no primeiro número, pensamos que a Ideação deva não apenas exprimir as mudanças da estrutura na qual está inserida, mas também constituir-se no timão com o qual, para lembrar o editorial do número 4, nossa nave possa enfrentar as tempestades “que passam por nós, muitas vezes nos envolvendo, mas não nos engolindo”.

Talvez nunca seja bem lembrado que o enfrentamento com essas tempestades só pode sair vitorioso se a elas contrapormos um outro tipo de tempestade, a tempestade do ímpeto. Para isso, alguns alemães dos últimos anos do século XVIII e dos primeiros do século XIX cunharam a expressão *Sturm und Drang*. Para eles, “ímpeto tempestuoso”, “tempestade de sentimentos” ou “efervescência caótica de sentimentos”; para nós, de um lado a tempestade, de outro o ímpeto para enfrentá-la. Isto, não porque não sejamos românticos como eles, mas porque a nossa tempestade não é só de sentimentos e sim também dos fluxos contingentes de uma realidade que se não nos atropela ou nos engole, impõe a cada um de nós o dever de enfrentá-la. O que só podemos fazer com os instrumentos a nós confiados ou que, em nossa nave, se encontram à disposição. Quer dizer, por um lado, o ideal da razão e a idéia racional; por outro, para lembrar mais uma vez o editorial do primeiro número, o ímpeto em vivê-los plenamente no limiar do “trágico corre-corre cotidiano”.

Sem pretender qualquer defesa ou refutação dos usos e abusos iluministas, o trabalho é agora justamente o contrário do que fizeram os românticos: Descobrir no âmago da tempestade dos fluxos contingentes da realidade que nos envolve o que é mera contingência e o que é necessidade. Trata-se de pôr em obra o desenvolvimento de uma atividade que não reduza o contingente a simples representação subjetiva e nem a necessidade a um mero formalismo, ou seja, e aqui já nos deparamos com os problemas postos em discussão neste número 5, de pôr em questão aquilo mesmo que nos afeta, o que no título deste editorial designamos como “sentido, língua e ensino”. As diversas abordagens sobre o sentido, a língua e o ensino, inclusive as presentes neste número, nos impõe a tarefa de discutir não apenas o fato e a idéia da linguagem, como aquilo que funda o sentido, a língua e o ensino, mas também e sobretudo a sua própria fundação. O que não significa senão a retomada do problema da objetividade ideal dos sentidos

da linguagem, há muito reduzido à unilateralidade da tentativa husserliana de fundar os sentidos objetivos na consciência constituinte e no contentamento da filosofia analítica da linguagem em admiti-los como meros fatos brutos injustificáveis.¹

Sentido, língua e ensino

Podemos dizer que o problema fundamental da filosofia analítica da linguagem e da fenomenologia contemporânea, e isto com uma boa margem de certeza, sobretudo para seus fundadores, a saber: Gottlob Frege e Edmund Husserl, não está em fundar os sentidos objetivos da linguagem na consciência ou em deixá-los injustificados, mas em saber se eles são essencialmente fatos ou idéias. Aqui, uma e outra, se não fracassam, pelo menos deixam transparecer sua irremediável insuficiência; o que se radica no fato mesmo de a linguagem constituir-se na principal modalidade da expressão do espírito no sensível, apresentando-se por um lado como fato e, por outro, como idéia, mas isto sem que os seus chamados sentidos objetivos tenham primariamente qualquer papel. De outro modo, por que Frege distinguiria desde a primeira hora entre posto e pressuposto, ou entre sentido e significado, ou ainda Husserl, entre a linguagem considerada como sentido puro e a percepção, considerada por sua vez como a constituição originária de todo sentido possível?

Em que pese a diferença de registro em um e outro, o sentido aparece sempre como algo posto, que mesmo considerado em sua idealidade constitutiva não apresenta senão um caráter descritivo e, como tal, condicionado por algum pressuposto que, obviamente, o põe. O problema que aqui se apresenta, tanto para fenomenólogos quanto para filósofos analíticos, é que se se considera a linguagem como sentido puro, ela não será mais que um fato, com o que, a contragosto dos primeiros, se identificará com “o lugar próprio do existir ideal-objetivo das significações”, tal como concebida pelos segundos². Isso quer dizer que

a idéia não é senão aquilo que é pressuposto na e pela própria linguagem, o que, infelizmente, se se apresenta como o próprio significado ou o conceito em Frege, o é apenas a título de uma exigência analítico-formal ou simbólica³, ao passo

¹ Cf. MURALT, André de. **A metafísica do fenômeno**. Trad. Paula Martins. São Paulo: Ed. 34, 1998. Pp. 7-8. Boa parte do que nas próximas linhas se escreveu não é mais que um diálogo com esse autor.

² Confronte-se com Mural, op. cit.: 8-9, 15-16.

que, para Husserl, mesmo que se apresente como ego transcendental, não é ainda a idéia da linguagem⁴. Com efeito, esta não pode surgir senão como unidade da língua e da fala, aqui entendidas como determinações da idéia da linguagem, a saber: o conceito propriamente dito desta e sua atualização.

Se é verdade que o núcleo fundamental da língua reside no signo, então é nela mesma que devemos procurar a relação entre o significado (no sentido de Frege) e o ego transcendental que, de certo modo, está na sua base. Aqui, sem fazer violência ao “ego” husserliano e sem levar os filósofos analíticos a contragosto, podemos afirmar que o ego transcendental em questão, no caso específico da língua considerada como conceito (no sentido hegeliano) da linguagem, não é mais que condição de possibilidade da própria significação ou, na linguagem de Husserl, o universo do sentido possível⁵. Um exemplo disso, e em contrapartida bem ao gosto analítico, pode ser encontrado na concepção de Charles Sanders Peirce acerca do signo, onde este aparece como uma relação triádica que se estabelece entre um objeto, o interpretante do signo que representa o objeto e o fundamento do signo representante.

Peirce concebe o signo, ou representâmen, como aquilo que representa algo para alguém e que cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente ou mais desenvolvido; ao signo assim criado ele denomina interpretante do primeiro signo. Isso não é tudo, o signo representa alguma coisa, seu objeto, mas não em todos os seus aspectos e sim com referência a um tipo de idéia que é por seu turno fundamento do representâmen⁶. Nesta formulação, Peirce aproxima seu fundamento da Idéia platônica, o que facilita bastante uma certa comparação com a própria concepção hus-

³ Cf. FREGE, J. G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São paulo: Cultrix, 1978. (*passim*).; bem como “Sobre a justificação científica de uma conceitografia”. Trad. Luís Henrique dos Santos. In: **Os pensadores: Peirce-Frege**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Pp. 189-193. Veja-se também KOCH, Ingendore G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1993. Pp. 49-51. E ainda KNEALE, William, KNEALE, Marta. **El desarrollo de la lógica**. Trad. Javier Muguerza. Madrid: tecnos, 1972. Pp. 441-444, sobretudo 456ss.

⁴ Veja-se Mural, op. cit.: 16.- Confronte-se com HUSSERL, Edmund. **Logique formelle et logique transcendantale**. Trad. Suzanne Bachelard. Paris: PUF, 1957. Pp. 366-367. (No original: p. 244).

⁵ Confronte-se com HUSSERL, Edmund. **Conferências de Paris**. Trad. António Fidalgo e Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1999. Pp. 42-45ss.

⁶ Cf. PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1990. Pp. 45-46. Esta obra será doravante citada pela sigla SEM.

⁷ Veja-se, a respeito de Husserl e Platão, BEUFRET, Jean. **Introdução às filosofias da existência**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Duas Cidades, 1976. Pp. 115-130, sobretudo 118 -122.

⁸ Em SEM: 158-164, Peirce transforma completamente essa concepção de signo, em aprofundando-a, na perspectiva do método especulativo hegeliano interpretado pragmaticamente. Infelizmente, deixaremos o comentário dessas páginas para uma outra ocasião. Para o momento, veja-se ainda SEM: 21-37, 45-61, 122-125, 297-298; bem como as Conferências sobre pragmatismo, o segundo capítulo da Fenomenologia e a Correspondência em PEIRCE, Charles Sanders. Escritos coligidos. Trad. Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. In: **Os pensadores: Peirce-Frege**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Pp. 05-112.

⁹ Cf. HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1988. No § 79, Hegel afirma: "O lógico, segundo a forma, tem três aspectos: α) o abstrato ou intelectual; β) o dialético ou negativo-racional; γ) o especulativo ou positivo-racional", e esclarece: "Estes três aspectos não constituem as três partes do lógica, mas são momentos de todo o lógico-real, de todo o conceito ou de todo o verdadeiro em geral. Podem justamente pôr-se sob o primeiro momento, o intelectual, e manter-se assim separados uns dos outros; deste modo, porém, não se consideram na sua verdade".

¹⁰ Cf. Peirce, op. cit.: 159. Confronte-se com o texto "como tornar claras as nossas idéias", de 1878, em PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. Trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1975. Pp. 49-70.

¹¹ Cf. SEM: 160, nota a, da edição inglesa.

serliana, na medida em que esta também se dá como tarefa, mediante a redução eidética, o repensamento da Idéia numa perspectiva fenomenológica⁷. Entretanto, ao contrário de Husserl, Peirce também se aproxima de Hegel⁸, sobretudo quando discute a noção de significado (meaning); pois bem, ao comentar o livro "O que é o significado?", de Lady Welby (em 1903), ele afirma que ela contribuiu na resposta à questão proposta ao indicar a existência de três ordens de classificação que correspondem, de modo aproximado, aos três estágios do pensamento formulados por Hegel⁹, o que coincide, em parte, com algo que ele próprio já havia feito muito tempo atrás, a saber:

*que compreender uma palavra ou fórmula pode consistir, em primeiro lugar, numa tal familiaridade com essa palavra ou fórmula que é possível às pessoas aplicá-la corretamente; ou, em segundo lugar, pode consistir numa análise abstrata da concepção ou compreensão de suas relações intelectuais com outros conceitos; ou, em terceiro lugar, pode consistir num conhecimento do possível resultado fenomenal e prático da asserção do conceito.*¹⁰

O interessante nessa formulação é que, ao explicitá-la, Peirce nos leva a entender a própria insuficiência do pragmatismo em conduzir ao último estágio da clareza¹¹. Com isso, Peirce não apenas ultrapassa, *avant la lettre*, o "faticismo" da filosofia analítica, que permanece no estágio do uso da palavra "para comunicar nosso conhecimento a outros" e "apreender o conhe-

cimento que os outros procuram comunicar-nos”, mas também o intencionalismo da fenomenologia, que mesmo atendo-se a uma forma mais completa do significado de uma palavra, como “a soma total de todas as predições condicionais pelas quais a pessoa que a utiliza pretende tornar-se responsável ou pretende negar”, deixa em aberto “um amplo oceano de conseqüências imprevistas que a aceitação da palavra está destinada a não apenas conseqüências de conhecimento mas, talvez, revoluções na sociedade” (cf. SEM: 160). Para Peirce, é a soma destas conseqüências que perfazem o terceiro grau do significado (ibid.); o que, para terminar este passo, não significa senão o reconhecimento da língua, que, como dizia Saussure, “é social em sua essência e independente do indivíduo”¹², como o elemento essencial e necessário da linguagem.

Ao contrário da língua, cuja existência é sobretudo conceitual ou pressuposta, a fala, cuja existência é real e/ou posta, constitui-se como inessencial e contingente. O que, para continuarmos com Saussure, significa que mesmo a fala sendo sempre individual e o indivíduo sempre senhor dela, com o que a mesma se põe como um ato individual de vontade e de inteligência (CLG: 30ss), a língua permanece necessária para que a fala seja inteligível e produza todos seus efeitos (ibid.: 37). Mas uma vez que tal necessidade é mediada pela própria fala para que a língua se estabeleça, sendo esta portanto sempre precedida por aquela pelo menos no plano histórico (ibid.), será no ato mesmo da fala que encontraremos a realidade da língua e a atualidade da linguagem, situação em que, ao invés do significado, é o sentido que se impõe. Isso porque, no plano da contigência, é o sentido que, pelo seu caráter imediato e intuitivo, portanto meramente sensível, implica numa certa intencionalidade do sujeito falante; o que se justifica pelo próprio fato de o sentido, em sua primariedade, mesmo sendo claro e evidente para o sujeito falante, não ter ainda, para uma outra consciência, um significado necessário e pleno. Em outros termos, não corresponda objetivamente a tal ou tal significante ou represente necessariamente tal ou tal objeto, mas limite-se a expressar ou exprimir, por meio de palavras ou gestos mediados pela representação subjetiva e pela imaginação, princípios, normas ou acontecimentos, enfim, estados

¹² Cf. SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1949. Pp. 37ss. Doravante citado mediante a sigla CLG.

de coisas ou de fatos, que, se considerados de um ponto de vista verdadeiramente crítico, só poderão pertencer ou ao plano da ficção e do senso comum ou ao plano de uma Mythologia¹³. O que pode ser demonstrado pela própria reconstrução etimológica do termo “fala” e do verbo “falar”, ambos oriundos do latim “fabulare” (fabular), que tanto pode significar uma narrativa em forma de fábula quanto pode concernir à própria fábula, aqui, em sentido rigoroso, ao Mythos em toda a sua plenitude.

Por isso, há muito que não mais se fala em formação ou paidéia, nem mesmo em educação ou educere, mas apenas em

¹³ Em **Mito e sociedade na Grécia antiga** (Rio de Janeiro: José Olympio, 1992), Jean-Pierre Vernant nos diz que “em grego, *mythos* designa uma palavra formulada, que se trate de uma narrativa, de um diálogo ou da enunciação de um projeto. *Mythos* é então da ordem do *legein*, como o indicam os compostos *mythologeîn*, *mythologia*, e não contrasta inicialmente com os *logoi*, termo cujos valores semânticos são vizinhos e que se relacionam às diversas formas do que é dito” (172). Mas isto, podemos afirmar, apenas enquanto antecipa ou projeta o próprio *logos* como racionalidade demonstrativa, que, ainda nos dizer de Vernant, “contrapõe-se pela forma através da separação entre a demonstração argumentada e a textura narrativa da narrativa mítica; contrapõe-se pelo fundo através da distância entre as entidades abstratas do filósofo e as potências divinas, cujas aventuras dramáticas são contadas pelo mito” (174).

¹⁴ Cf. HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. Trad. Paulo Meneses e José Machado. São Paulo: Loyola, 1995. § 458, esclarecimento.

¹⁵ Cf. Hegel, op. cit.: §§ 424-439. Ver também HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992. §§ 178-196.

ensino ou insignare, como se o que se signa já não tivesse desde o início aquela intencionalidade do sujeito falante própria da expressão do sentido como seu pressuposto. Se, como diz Hegel, o verdadeiro lugar do signo é a inteligência, “que como intuente engendra a forma do tempo e do espaço, mas que aparece como acolhendo o conteúdo sensível e formando para si representações [a partir] desse material, agora de si mesma dá a suas representações autônomas um ser-aí determinado, utiliza como coisa sua o espaço e o tempo preenchidos - a intuição - cujo conteúdo imediato e peculiar elimina, e lhe dá outro conteúdo por significação e alma”¹⁴, então não é possível a nenhuma consciência de si ensinar nada a uma outra consciência de si, a menos que essa outra permaneça numa relação de servidão, própria da dialética do senhor e do escravo¹⁵. O que também significa, se levarmos a sério as conseqüências pedagógicas da psicanálise freudiana, que o educador deve “obrigar-se ao dever de não modelar o jovem espíri-

to segundo seus ideais pessoais e sim, antes de mais nada, segundo as disposições e possibilidade que ele encerra”¹⁶.

Na verdade, o que aqui está em jogo, tanto no processo de significação como no de ensino, é que somente a consciência de si pode elevar-se a si mesma na compreensão dos signos a ela exteriores, interiorizando-os em si mesma de modo a torná-los “in-signes”. Para terminar, que cada um reflita a seu modo sobre estas palavras de Hegel:

*A palavra enquanto sonora desaparece no tempo; este assim se mostra na palavra como negatividade abstrata, i.é, apenas aniquilante. Mas a negatividade verdadeira, concreta do signo lingüístico é a inteligência, porque, por ela, o signo lingüístico é mudado de algo exterior em algo interior, e conservado nessa forma modificada. Assim as palavras se tornam um ser-aí vivificante pelo pensamento. Esse ser aí é absolutamente necessário a nossos pensamentos. Só sabemos de nossos pensamentos, só temos pensamento determinados, efetivos, quando lhes damos a forma da objetividade, do ser-distinto de nossa interioridade; é na verdade, como uma exterioridade tal que ao mesmo tempo leva a marca da suprema interioridade. Um exterior tão interior é só o som articulado, a palavra*¹⁷.

Encerramento

Fazendo jus ao tema geral “Sentido, Língua e Ensino”, este número de Ideação introduz diversas inovações. Além das que falam por si mesmas, e da própria discussão de um tema geral que, de algum modo, explicita os elementos arquitetônicos essenciais que presidiram à organização da presente edição, estabelemos como fixas as seções de artigos, pesquisas e ensaios e resenhas. Como seções variáveis, criamos outras três, a saber: comunicações, notas de pesquisas e notas bibliográficas. Com estas mudanças, esperamos não apenas melhorar ainda mais a Revista, mas também facilitar o trabalho de nossos colaboradores.

Além do editor, escrevem neste número os seguintes professores da casa: O Dr. Ivo José Dittrich, o Dt. João Machado de Queiroz, os Mestres Martha

¹⁶ Cf. Freud, Prefácio a O. Pfister, La méthode psychanalytique, S. E. XII, p. 330 (apud. MILLOT, Catherine. **Freud Antipedagogo**. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. P. 53).

¹⁷ Cf. HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. § 462, adendo.

Ribeiro Parahyba, Deise da Silva Guttierres, Ana Josefina Ferrari e Ildo Carbonera, além do Mt. Samuel Klauck e da especialista Vilma Barreira. Do IEL da Unicamp vem a colaboração do Dt. J. Guillermo Milán, "Análisis de documentos de archivo desde una perspectiva sociolingüística", assim como da UNESP/Assis, as contribuições do Dt. e professor da Unioeste/Cascavel Alexandre Felipe Fiúza, "A arte da canção: as relações entre o texto literário e a música". Enfim, lembramos a resenha do livro da professora Ms. Silvana Aparecida de Souza, da Unioeste/Foz, *Gestão escolar compartilhada: democracia ou descompromisso?* São Paulo: Xamã, 2001. 215 p., pelo professor Doutor Antônio Bosco de Lima, da Unioeste/Cascavel.

Aprofundando nosso projeto editorial, estamos recebendo colaborações nas áreas de Estudos lingüísticos, Letras e artes, Filosofia e ciências e Educação. Como também estamos envidando esforços para que, a partir do próximo número, possamos tornar *Ideação* uma revista semestral, os textos poderão ser enviados ao Conselho editorial até 30 de novembro, para a edição do primeiro semestre, e até 30 de maio, para a edição do segundo. Informações a respeito de números atrasados, bem como dúvidas, sugestões ou qualquer outro tipo de observação sobre o projeto editorial, permutas e representações, favor entrar em contato pelo e-mail ideacao@unioeste.br. Estaremos à disposição.

Manuel Moreira da Silva, Editor.

Mestre em Filosofia pela FAFICH-UFMG e
Professor Assistente do Centro de Educação e Letras da
UNIOESTE/FOZ.

E-mail: mmdsilva@yahoo.com.br